Protocolo: 1220027

Protocolo: 1220033

20/08/2024, para fins de Adicional por Tempo de Serviço. Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação. Belém/PA, 09 de julho de 2025. Assinado eletronicamente Bruno Antony Dantas de Veiga Cabral

AVISO DE REVOGAÇÃO Processo PAE nº 2024/1173924

Secretário do MPC/PA em exercício

O Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA torna público a revogação do Pregão Eletrônico nº 90002/2025 - Id contratação PNCP: 05054978000150-1-000004/2025, referente ao Processo Administrativo nº 2024/1173924, cujo objeto era a aquisição de veículos automotivos para a renovação da frota do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente e oportunidade da Administração.

Å presente revogação tem fundamento no artigo 71, inciso II, da Lei n^{o} 14.133/2021.

Assegura-se aos licitantes a possibilidade de interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei $^{\rm no}$ 14.133/2021.

O processo, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na sede do MPC/PA, Avenida Nazaré no 766, bairro Nazaré, CEP: 66.035-145, município de Belém, Estado do Pará.

Belém/PA, 09 de julho de 2025.

BRUNO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL

Secretário do MPC/PA, em exercício

Protocolo: 1219746

Protocolo: 1219762

Protocolo: 1219713

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 19/2025-MP/CGMP. O CORREGEDOR-GERAL DO MI-NISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, caput da Lei n.º 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput, da Lei Complementar n.º 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei n.º 8.625/1993 e 37, II da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, c/c o artigo 3º, §2º da Resolução CNMP n.º 149, de 26 de julho de 2016, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar correições e inspeções como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos Membros do Ministério Público; CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 164, §3º da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, as inspeções e correições dos serviços afetos aos Promotores de Justiça são pessoalmente realizadas pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ou, por delegação expressa deste, por um dos Subcorregedores-Gerais ou por um dos Promotores de Justiça Assessores da Corregedoria-Geral; CONSIDERANDO a necessidade de verificação do volume de processos com prazos vencidos, mesmo diante da realização de sucessivos mutirões, e a persistência da referida irregularidade - Protocolo SIP n.º 566/2025; CONSIDERANDO a vigência do Provimento n.º 002/2020-MP/ CGMP, que dispõe sobre a realização de correições ordinárias, extraordinárias e inspeções virtuais pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, RESOLVE: I – DETERMINAR, nos termos do Provimento n.º 002/2020-MP/CGMP, a realização de CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, na modalidade VIRTUAL, no 7.º CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE PARAUAPEBAS, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams; II - DELEGAR ao Promotor de Justiça Assessor deste Órgão Correcional, Dr. JOSÉ RUI DE ALMEIDA BARBOZA, a realização do ato de fiscalização e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos; III - DESIGNAR os servidores desta Corregedoria-Geral, FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS e ACIBE-THANIA SILVA DE ARRUDA, para auxiliarem nos trabalhos inerentes ao ato de fiscalização. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. Belém, 10 de julho de 2025.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador de Justiça/Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

PORTARIA Nº 3693/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor ANGELO NAZARENO COSTA BARBOSA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Gedoc nº 114975/2025, cujo objeto é o serviços de conexão à internet para Unidades do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), de acordo com o disposto no art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 2º, I, do Decreto Estadual nº 2.939, de 10/03/2023 e PORTARIA Nº 6631/2022-MP/PGJ, de 17/11/2022 e, no impedimento deste, o servidor TARSO DE MELO FIDELIS, 1º Suplente, e o servidor EMANUEL TADEU COUTINHO MACHADO, 2º Suplente;

II - DESIGNAR os servidores LUCILEO FERNANDO PESSOA MAIA, LEANDRO PONTES DE SOUSA e LILIA DE ARAUJO HADDAD, membros da Equipe de Planejamento da Solução, como apoio técnico do Pregoeiro na resposta aos questionamentos ou aos pedidos de impugnação feitos pelos licitantes; an análise da documentação de habilitação; no julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes; e na realização de diligências, quando necessário, a fim de comprovar o atendimento às exigências do edital, conforme disposto no art. 33, inciso II da Resolução nº 283-CNMP; III - DESIGNAR o servidor MAURÍCIO MIRANDA XAVIER e, no seu impedimento, a servidora MARIA DE LOURDES ANDRADE E SILVA, Técnicos-Contadores, como apoio técnico do Pregoeiro para análise da documentação contábil.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA. Belém, 10 de julho de 2025. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA

PORTARIA Nº 3696/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor EMANUEL TADEU COUTINHO MACHADO para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Gedoc nº 134108/2025, cujo objeto é serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, de acordo com o disposto no art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 2º, I, do Decreto Estadual nº 2.939, de10/03/2023 e PORTARIA Nº 6631/2022-MP/PGJ, de 17/11/2022, e no impedimento deste o servidor ANGELO NAZARENO COSTA BARBOSA, 1º Suplente, e o servidor TARSO DE MELO FIDELIS, 2º Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor IVAN NAZARENO PEREIRA DA SILVA, e no seu impedimento ODOMAR GEMAQUE DOS SANTOS, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MARIA DE LOURDES ANDRADE E SILVA, e no seu impedimento MAURÍCIO MIRANDA XAVIER, Técnicos-Contadores, para análise da documentação contábil.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA. Belém, 10 de julho de 2025. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Número do Termo Aditivo: 2º

Número do Contrato: 149/2023-MPPA

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 024/2023-MPPA

Processo: GEDOC nº 129062/2025

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa MFC Serviços de Informática LTDA, CNPJ/MF nº 17.747.068/0001-31.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção, corretiva, preventiva e evolutiva do sistema PHL – Personal Home Library, utilizado na Biblioteca Artemis Leite da Silva.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 21/11/2025 até 20/11/2026.

Data de Assinatura: 10/07/2025.

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão; Natureza da Despesa: 339040 –Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador Responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1219768

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação: nº 08/2025. Processo: GEDOC nº 115454/2025.

Fundamento Legal: Artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e art. 11, §1º da PORTARIA Nº 2929/2023-MP/PGJ.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa M M ALVARENGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 01.219.642/0001-49.

Objeto: Aquisição de displays de mesa para identificação dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, no quantitativo de 42 (quarenta e duas) unidades.

Valor Total: R\$ 8.316,00 (oito mil, trezentos e dezesseis reais).

Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: